

Sobrevidas da Epopeia Camoniana

HELENA CARVALHÃO BUESCU*

RESUMO: A epopeia camoniana revela um poder de atracção, quer centrípeta quer centrífuga, sem igual dentro da literatura portuguesa. Para ela convergem inúmeras experiências literárias, nomeadamente subsequentes à sua publicação, em 1572, sendo notável a sua capacidade de ser objecto de reapropriações, reescritas, e mesmo paródias. Este artigo ocupa-se de algumas instâncias dessa sobrevida histórica e simbólica do poema épico camoniano, dentro da literatura portuguesa, caracterizando-o como um caso único no quadro de uma longa história da literatura.

PALAVRAS-CHAVE: *Os Lusíadas*; Luís de Camões; Modelo épico; Sobrevida; Cânone.

Esta reflexão em torno de Luís de Camões e a epopeia *Os Lusíadas* será o conceito de ‘sobrevida’ (*Überleben*), tal como o filósofo Walter Benjamin o elaborou. Benjamin pensou este conceito a propósito da actividade da tradução, e das transformações e apropriações que ela torna possíveis. Usou-o nomeadamente para contrariar a versão comum da tradução como ‘traição’ e como ‘perda’, portanto de algo que representaria uma falta e uma versão degenerativa de um ‘original’ que nunca poderia ser melhorado, nem mesmo igualado. Através do conceito de sobrevida, Walter Benjamin muito simplesmente apontava para algo extremamente significativo: existem obras que (pela tradução, mas também por outros procedimentos, aliás muito variados, como por exemplo as apropriações e as reescritas) fabricam a sua própria sobrevida, vencendo assim o tempo do imediatismo a que estavam ligadas

pela sua publicação original. Esta sobrevida (a que também podemos chamar transtemporalidade) assegura a certas obras a capacidade de vencer as amarras do tempo, lançando-as em direcção a um tempo longo que é aquele em que a sua memória e as transformações que ela permite perdurarão. É esta a sobrevida que aqui evocarei relativamente ao texto que, na literatura portuguesa, melhor a convoca e manifesta: *Os Lusíadas*. O facto de a epopeia camoniana ser o lugar geométrico de toda a literatura portuguesa (para trás da sua publicação, como depois dela, e até hoje) tem um valor e tem consequências que fazem parte da sua consideração textual e poética, ao mesmo tempo que prolongam a sombra (ou as diversas sombras) que projecta sobre autores posteriores como Padre António Vieira, Almeida Garrett, Antero de Quental, Cesário Verde, Guerra Junqueiro, Fernando Pessoa, António Lobo

* Helena Carvalhão Buescu é professora catedrática de Literatura Comparada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e membro da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Europaea.

Helena Carvalhão Buescu is a professor of Comparative Literature at the School of Arts and Humanities, University of Lisbon. She is a member of the Lisbon Academy of Sciences and the Academia Europaea.

Antunes ou Gonçalo M. Tavares — para mencionar apenas alguns.

Isto desde logo tem de significar a importância simbólica que a epopeia camoniana assume na nossa percepção, hoje, do que é a história de Portugal e a literatura portuguesa. Por essa razão, temos ainda de sublinhar o facto de que estas representam um acesso ‘mediado’ ao passado, reconhecendo nele uma alteridade constitutiva. Por esta razão, impõe-se recuperar a ideia de perda de que antes falava, embora transformando a conotação negativa que usualmente tem numa conotação histórica cuja dignidade deve ser sublinhada. Na verdade, a ideia de ‘perda’, que Paul Ricoeur¹ sublinha como elemento constitutivo do carácter passado do passado, deve também ser reconhecida como algo que funda as diferentes formas sob que história e literatura se relacionam com o que, sendo passado histórico (isto é, sedimentado enquanto fenómeno histórico), é trazido pelo discurso para o presente da escrita e da leitura. Não espanta, pois, que específicas formas de idealização e (ou) nostalgia assobrem igualmente muito em especial várias representações literárias do passado histórico, tornando mais visível a forma como elas se perderam.

Ora, é precisamente isto que ocorre com *Os Lusíadas* e a forma como as suas sombras se prolongam até ao presente, representando outras tantas densidades históricas que nenhum outro texto como ele, em português, consegue alcançar. A epopeia *Os Lusíadas* tem de ser considerada, neste contexto, como o lugar geométrico em que a história de Portugal é condensada, interrogada e também profeticamente concebida. Na realidade, o texto camoniano é um dos altos lugares da nossa memória histórica, inscrita na literatura. Não é, pois, possível deixar de reservar a este texto o reconhecimento de um papel especial do ponto de vista quer literário quer histórico. Não apenas por aquilo que ele é, enquanto texto, e enquanto ‘lugar

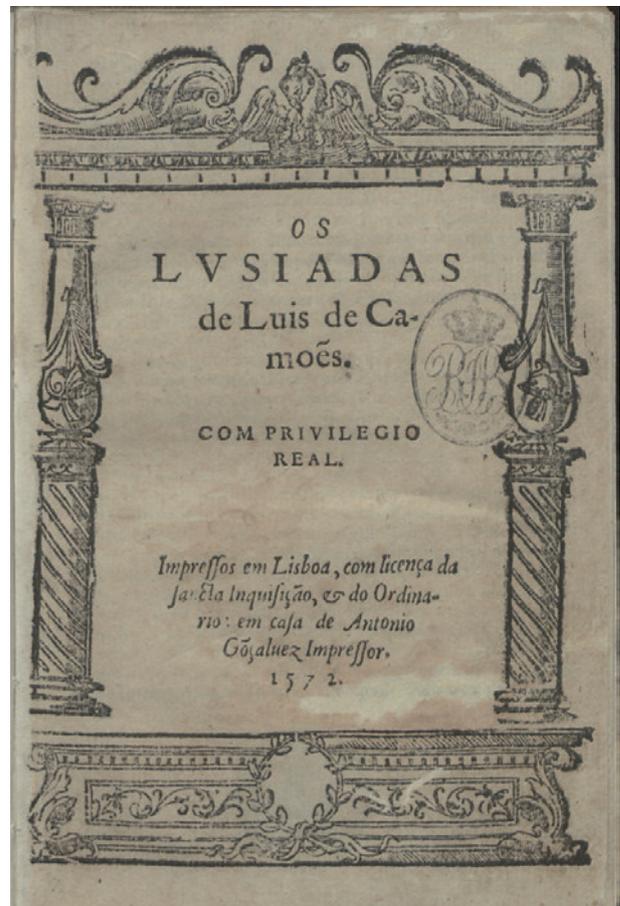


Fig. 1: Frontispício da edição de 1572 de *Os Lusíadas*. Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Os_Lusíadas.jpg

de memória’ (Pierre Nora) de um conjunto de saberes extraordinário, espécie de ‘*summa*’ que, na realidade, encontra no texto de Dante, *A Divina Comédia*, o seu modelo medieval: organização dos discursos e dos saberes históricos do mundo. Não apenas pelas inúmeras dimensões especificamente históricas que *Os Lusíadas* reflectem e que manifestam, e de que daremos como exemplo paradigmático o imaginário guerreiro e cavaleiresco que transporta a memória da fundação da nação para a escrita da expansão além-mar. Mas também pelas razões de *memória literária* que implicam que o texto camoniano constitui, desde a sua publicação, o lugar geométrico para que converge, de variadíssimas maneiras e com

MEIO MILÉNIO DE CAMÕES

diversíssimas tonalidades axiológicas e de avaliação histórica, toda a história dos textos e das instituições literárias em Portugal e em português. Sejam claros. Uma forma inigualável (de facto inigualável) que *Os Lusíadas* têm de reflectir a história e serem eles mesmos história é o modo como representam o marco em função do qual nada do que virá ‘depois’ deles poderá ignorar que eles ali estão. *Os Lusíadas* são talvez o melhor exemplo, em Portugal, de algo que fica inscrito para que, depois dele, todos saibam que vêm *depois dele*.

Esta ‘sobrevida’ é uma condição transversal à história da nossa literatura e pontua o recurso a frequentes remissões para episódios, elementos e características que eles mobilizam. Para quem for lendo estas observações, terá já ficado clara a forma como nessa epopeia convergem ansiedades e expectativas anteriores, que brevemente recordaremos, e como dela partem as linhas de força que, de uma forma ou de outra, estruturam toda a literatura posterior — mas também muita da reflexão histórica posterior. No presente ensaio, destinado em primeira instância à memória de *Os Lusíadas* e à forma como a história de Portugal nela narrada ocupa lugar central, bem como à minha leitura, mais pessoal, do poema, sublinharei a forma como aquilo que a epopeia camoniana faz com a história de Portugal nela recontada ‘transita’ para os séculos seguintes, sofrendo alterações várias que, por isso mesmo, a transportam até ao nosso presente. Isto corresponde à convicção de que um dos modos de inscrição na história consiste não apenas na possibilidade de representar discursivamente o passado, o que muita da literatura conscientemente faz, mas também na capacidade que alguns textos, como *Os Lusíadas*, têm de se manifestarem eles mesmos como objectos históricos.

Assim, mesmo se naturalmente damos alguma atenção à forma como a epopeia de Camões reflecte uma narrativa ‘historiográfico–literária’ que

configura alguns dos episódios mais conhecidos da nossa história (caso paradigmático do episódio de Inês de Castro), darei particular atenção ao modo como o texto de Camões se prolonga na história e suscita revisitações muito diversas entre si, migrando assim para géneros, períodos e autores muito distantes, por vezes ao ponto de poderem surgir como seus antípodas: é esta a sua sobrevida mais digna, afinal. E é por esta razão que é um texto que nunca se cansa de regressar. Mas é precisamente o facto de *Os Lusíadas* representarem um eixo axiológico de toda a literatura portuguesa que não pode aqui deixar de ser considerado como um factor extraordinário, que nenhum outro texto consegue igualar. A sua importância não reside, pois, no facto de que todas as interpretações são coincidentes (até porque, como sabemos, não o foram antes, nem o são hoje). Mas, pelo contrário, no facto de que o imparável surgimento de novas interpretações, novas leituras, novas reescritas, novas respostas, dá conta da fecundidade histórica de algo que não pára de ser produzido a cada momento.

De um certo ponto de vista, *Os Lusíadas* podem ser considerados como um ponto nodal para que convergem antecipações e mesmo ansiedades anteriores: um texto com estas características e com estas dimensões não surge do nada, e é preciso que, além do génio individual que Camões indubitavelmente tinha e foi, houvesse uma atmosfera histórica que criasse condições para o seu surgimento: em primeiro lugar, pela consciência de que havia ‘matéria’ para o canto épico; em segundo lugar, pela tentativa de produzir uma interpretação da história de Portugal até aí que surgisse como legitimação simbólica (e até profética) da afinidade entre nação e expansão; em terceiro lugar, que valorizasse a forma épica, com as suas tradições clássicas (e em especial a tradição que remonta a Vergílio e ao seu papel na legitimação da Roma imperial), como modo apta a cantar tudo quanto era

HALF MILLENNIUM OF CAMÕES



Fig. 2: Retrato de Luís de Camões. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Camoes_-_retrato_de_goa_2b.jpg

necessário cantar. Este último aspecto é importante: ele situa *Os Lusíadas* no quadro de uma produção que os engloba, mas a eles não se limita. E esforços recentes têm vindo a situar a epopeia camoniana no quadro daquilo a que poderíamos chamar um ‘sistema épico’ em Portugal que traduz, afinal, a consciência ‘histórica’ de que só a epopeia ofereceria as condições adequadas a um canto extraordinário de uma matéria extraordinária. Os estudos que, a este respeito, Hélio Alves² tem vindo a fazer sublinham a importância do reconhecimento de

que Camões não apareceu sozinho, por muito que o mito camoniano posterior assim o tenha construído. A *vontade de epopeia* que ele traduz e efectivamente eleva ao mais alto grau é contemporânea de grande parte dos acontecimentos históricos a que dá voz.

A epopeia camoniana não surge pois do nada, mas de algo que pode exprimir-se como a necessidade (aliás renascentista) de fazer com que os *factos históricos* possam aceder à dignidade da *glória literária*. Este ‘topos’, que o próprio Camões utiliza no início da sua epopeia, recorda aos heróis do ‘fazer’ que eles não serão ninguém para o futuro se alguém os não associar ao ‘dizer’ e, sobretudo, ao ‘cantar’. O herói integral é, pois, aquele que combina acção e escrita, e Camões (que invoca por diversas vezes a sua dupla condição de guerreiro e poeta, ‘numa mão a espada, na outra a pena’) tem plena consciência da forma como é à Poesia que cabe dignificar a história.

É esta consciência da dignidade da epopeia que está na origem da escrita de *Os Lusíadas*, bem como da sua capacidade de atracção para os séculos e autores seguintes. Disto decorre, precisamente, a aura que tem e que agrega, em torno de si, transformações, apropriações, e reescritas que não cessam de acontecer. Por esta razão, defendo que a história das suas apropriações pertence à essência do que esta epopeia é, e daquilo que ela representa no quadro da literatura portuguesa.

Como mencionei, o sistema historiográfico no século XVI é uma chave essencial para compreender a epopeia camoniana. Fernão Lopes de Castanheda inaugura o que virá a ser a principal chave historiográfica até meados do século XVII, claramente focada na expansão imperial e em particular na expansão asiática permitida pela descoberta do caminho marítimo para a Índia.³ Este é um ponto que não pode deixar de ser enfatizado, visto ter conexões directas com a dimensão heróica que a narrativa historiográfica elaborará, nomeadamente com João de Barros,

MEIO MILÉNIO DE CAMÕES

Diogo do Couto, e Gaspar Correia. Ora, como atrás disse, a epopeia camoniana está também ela focada na representação heróica que o modelo épico proporciona, e podemos assim falar também de um sistema heróico que, no século XVI, contribuirá para a compreensão do lugar que a epopeia camoniana irá ocupar. Lembremos em particular o nome de Jerónimo Corte Real, quer com a sua epopeia centrada sobre a Índia e Diu, quer com aquela outra que se ocupa em especial do naufrágio e da tragédia que se abate sobre Manuel da Sousa Sepúlveda e da sua família — uma estranha epopeia, centrada afinal sobre o reverso da conquista heróica.

Mas muito do que acontece na representação literária e simbólica da nação depois da era das viagens de descobrimento decorre do desequilíbrio, que Eduardo Lourenço não se cansou de sublinhar em toda a sua obra, entre as aspirações imperiais de Portugal, que assumem proporções claramente excessivas, e a realidade de um país com estreitos limites geopolíticos. Ora, esta desproporção faz também parte integrante, como veremos, da matéria épica que é cantada por Camões — o que dá a *Os Lusíadas* uma tonalidade complexa e mesmo contraditória proporcionando, por isso mesmo, uma leitura enriquecedora, que nunca parece estar perfeita. Neste sentido, gostaria de tomar *Os Lusíadas* como um sintoma desta tensão histórica entre, por um lado, a épica e o passado heróico da nação portuguesa, a que dão corpo exploradores e descobridores; e, por outro lado, o fechamento dessas mesmas possibilidades já no presente contemporâneo de Luís de Camões, com um Portugal em vias de ser subsumido pelo império espanhol, de que se libertará, 60 anos depois, sem nunca mais voltar a conhecer qualquer tipo de verdadeira energia expansionista.

Ora, *Os Lusíadas* concentram dentro de si o fulcro em que a história de Portugal é incorporada, interrogada, e profeticamente concebida. Na



Fig. 3: Chegada dos portugueses à Índia, em 1498. Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Vascodagama.JPG>

verdade, o texto camoniano é um dos momentos mais altos (se não o mais alto) da nossa memória histórica, moldada em termos literários. Neste sentido, não pode deixar de ocupar um lugar especial na história e na literatura portuguesas.

Darei apenas alguns exemplos, apanhando alguns dos nomes que já antes mencionei. Por

HALF MILLENNIUM OF CAMÕES

exemplo, nos 50 anos que sucederam à catástrofe relacionada com o Grande Terramoto de Lisboa, em 1755, com a destruição de grande parte da cidade de Lisboa e a perda de dezenas, senão centenas, de milhares de vidas, surgem três poemas épicos sobre o desastre, numa apropriação equívoca do posicionamento heróico para afinal descrever a narração da catástrofe experienciada. No início do século XIX, o passado histórico e literário serve aos Românticos, e a Almeida Garrett em especial, para reflectirem sobre o seu próprio presente histórico, sobre as suas contradições, e para imaginar uma possibilidade de futuro que pudesse estar de acordo com o ideário liberal que partilhavam. É isto que Garrett deixa escrito no seu poema narrativo (e proto-épico) *Camões* (1825): ao usar o formato do poema camoniano, ao colocar Camões como protagonista, ao fazer do seu poema a matéria dos próprios *Lusíadas*, Almeida Garrett afirma simultaneamente o poeta romântico como o campeão dos direitos civis e da liberdade (questão tão mais pertinente quanto nos lembrarmos de que Garrett era ele mesmo um exilado político no momento da redacção e da publicação do seu poema). As 4 edições que este poema conheceu, em vida de Garrett (1825, 1839, 1844 e 1854 — ano da morte de Garrett) atestam a convicção do seu autor de que este poema não é um mero episódio de ‘juvenília’, mas pelo contrário um texto que, iniciado na juventude de Almeida Garrett (nascido em 1799), o acompanha ao longo de toda a sua vida, sofrendo transformações e enriquecimentos significativos, ao ponto de ser também um texto dos seus anos mais maduros, capaz aliás de dar conta das transformações literárias e políticas da trajectória garrettiana.

A estrutura do poema *Camões* segue a estrutura de *Os Lusíadas*, com a divisão em dez Cantos, como com outros elementos característicos da epopeia, como a invocação inicial (se bem que neste caso endereçada a uma entidade romântica,

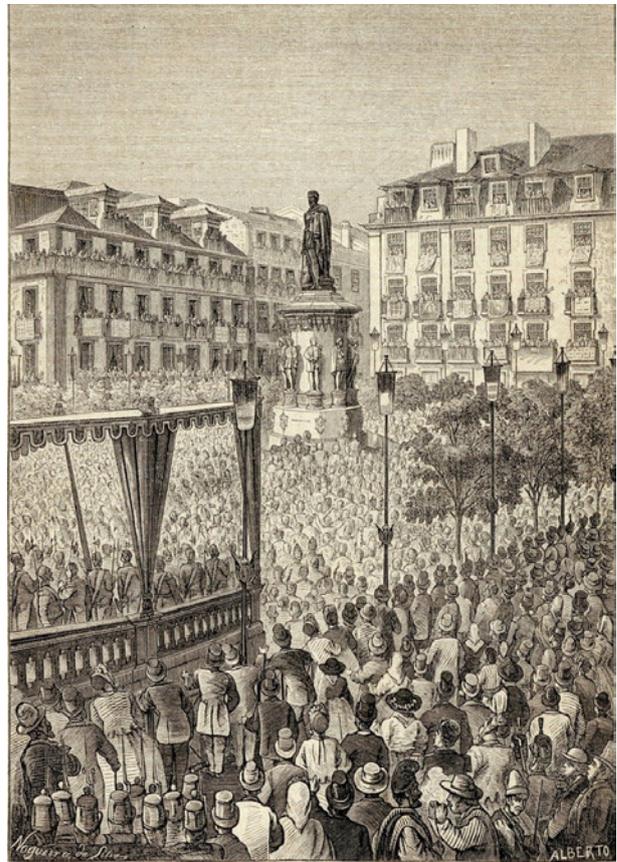


Fig. 4: Inauguração do monumento a Luís de Camões, em Lisboa, Portugal, a 9 de Outubro de 1867. Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Inauguração_do_monumento_a_Luiz_de_Camões_-_Arquivo_Pittoresco_\(Tomo_X,_n.º_28\).png](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Inauguração_do_monumento_a_Luiz_de_Camões_-_Arquivo_Pittoresco_(Tomo_X,_n.º_28).png)

a ‘Saudade’). Temos ainda o início *in medias res*, bem como *flashbacks* e antecipações análogos aos que Camões utilizara no seu poema. No poema garrettiano encontramos também a paradoxal consciência de que a escrita da epopeia e o fim de Portugal coincidem, o que transforma a glória épica no seu mesmo monumento póstumo. O Adamastor do poema garrettiano, que pode (e deve) ser visto como uma metáfora do seu criador, Luís de Camões, é uma das principais figuras do poema, capaz de se igualar a Prometeu ou Fausto, os românticos heróis da revolta humana. Esta figuração do Adamastor será essencial para compreendermos análoga figuração que recebe por exemplo em Fernando Pessoa, onde

MEIO MILÉNIO DE CAMÕES

o espectro e a ameaça do *Miglior Fabbro*, o poeta Camões, assombra a produção pessoana, em *Mensagem* mas não só.

A figuração garrettiana passará para a Geração de 70, e em particular para Oliveira Martins, que por sua vez a deixará como herança ao século XX (e.g., António Sérgio). Oliveira Martins analisará *Os Lusíadas* como um ‘poema póstumo da nacionalidade’, cavando ainda mais fundo a associação entre a narrativa encomiástica e heróica da expansão imperial e a sua dimensão ‘melancólica’, que os estudos pós-coloniais, entretanto vieram reconhecer.⁴

Em graus e de formas diferentes, podemos compreender como esta dimensão paradoxal se encontra vertida em poemas como *Camões*, de Garrett; em obras historiográficas como a de Oliveira Martins; ou em *Mensagem*, de Fernando Pessoa. E é ainda esta mesma dimensão que nos permite compreender obras contemporâneas como as de António Lobo Antunes (herdeiro desse ‘poema póstumo’ para o Portugal coevo, como veremos), ou de Gonçalo M. Tavares, que insistem na contaminação de ambas as dimensões, a heróica e a anti-heróica — contaminação que, insisto, existiu desde o início das representações literárias do projecto imperial.

Deveremos também reconhecer a sombra camoniana, bem ainda a sombra do modelo épico, como particularmente aptas a dar conta das contradições simbólicas de Portugal como nação, no poeta Cesário Verde (*O Sentimento dum Ocidental*), ou num outro seu contemporâneo, Gomes Leal (*A Fome de Camões*), ambos poemas de registo épico publicados aquando do terceiro centenário da morte de Camões em 1880. Camões torna-se em ambos estes poemas um miserável homem moderno, ao mesmo tempo que um homem melancólico, no qual os tempos modernos não se reflectem como tempos de energia e fazimento, mas como tempos de

perda, muito à maneira da tradição baudelairiana. Camões transforma-se aqui, e muito literalmente, num ‘homem com fome’, que a sua pátria não sabe reconhecer nem respeitar: fome do passado, tanto quanto do futuro. Na geração seguinte, Guerra Junqueiro (*A Pátria*, 1896), Teixeira de Pascoaes (*Marânus*, 1912), e Fernando Pessoa (*Mensagem*, 1934) oferecem reescritas do poema épico, embora com estratégias literárias e até políticas divergentes (respectivamente republicanismo; saudosismo; e intuítos filosóficos e literários).

Mais tarde, Jorge de Sena ou Sophia de Mello Breyner insistirão na representação da figura de Camões como uma consciência ética da humanidade, que será particularmente activa na poesia e na narrativa de Vasco Graça-Moura: em todos eles, Camões configura um forte paradigma de escolha da liberdade, em detrimento da violência política. Neste quadro, deve haver lugar especial à menção a Herberto Helder (que fala de *Os Lusíadas* como ‘um poema lírico, secreto, espiritual’), para quem a sua ‘máquina lírica’ acaba por representar uma reescrita da ‘máquina do mundo’ do poema camoniano; a António Lobo Antunes (*As Naus*, 1985) e Armando Silva Carvalho (*O Amante Japonês*, 2008), em que um carro japonês se torna o tópicus de uma paródia da epopeia; ou, claro está, o heterónimo pessoano Álvaro de Campos (*Ao Volante do Chevrolet pela Estrada de Sintra*, 1928), bem como Gonçalo Tavares (*Viagem à Índia*, 2010). Estas menções não esgotam o surgimento da epopeia camoniana na literatura portuguesa contemporânea, bem pelo contrário. Frederico Lourenço ou Mário Cláudio atestam bem a diversidade e a profundidade da memória da epopeia camoniana nos dias de hoje.

De todos os mencionados, gostaria de me debruçar com um pouco mais de pendor analítico sobre duas obras. Em primeiro lugar, *As Naus*, o romance de António Lobo Antunes, em que cumpre sublinhar a convergência de duas linhas

HALF MILLENNIUM OF CAMÕES

historicamente distintas, os séculos XV/XVI, por um lado, e o século XX, por outro, com a narrativa centrada sobre os ‘retornados’, o regresso pós-colonial daqueles que foram, também, verdadeiras vítimas do momento de viragem que foi o contraste entre um Portugal imperial e um outro pós-imperial. Uma das personagens principais é ‘um homem chamado Luís’, que parece ter pedido direito ao nome que o identifica na História e pelo qual todos o conhecemos (Camões), escrevendo o seu poema épico em oitavas num café no centro de Lisboa (como o que Pessoa também fez). Era aliás esta personagem que, de acordo com o próprio Lobo Antunes, estava destinada a ser, como em *Os Lusíadas*, o narrador do romance. Em segundo lugar, Gonçalo M. Tavares, em que a escrita da epopeia (formalmente análoga à de Camões), *Uma Viagem à Índia*, converge para o clímax contido nos dois últimos cantos: como em Camões, embora tingido de uma paleta de cores simbólicas totalmente diferente, em resposta à Ilha do Amor camoniana. Pelo contrário, a inversão utópica da ilha camoniana desemboca numa reescrita irónica e paródica do ‘nostos’ (o regresso do herói da sua viagem perfeita) utilizado por Camões. Este desvio central, efectuado por Gonçalo M. Tavares, é acentuado pela cuidadosa correspondência formal existente entre a obra de Tavares e a de Camões, como o seguimento fiel do número de Cantos e até de estâncias por Canto, ou a memória dos seus episódios centrais, como o Adamastor e a Ilha do Amor.

No que segue, gostaria de seguir muito em particular a figura central da epopeia camoniana, a saber precisamente o seu Adamastor. Para tal, seguirei ainda um outro lastro, mais pessoal, relativo ao poema de Camões.

Começo por recordar, a propósito, curiosíssimas palavras que Oliveira Martins, por ocasião do tricentenário de Camões, a 10 de Junho de 1880, escreveu: ‘No dia de hoje Camões é ao mesmo

tempo uma infinidade de tipos para a infinidade de criaturas arrastadas pelo entusiasmo do Centenário. Para o ateu, é o ateu; para o republicano, é uma espécie de Catão. O próprio petroleiro será capaz de achar no poeta um precursor; da mesma forma que o erudito descobre um Camões *scholar*, e o reaccionário se acha retratado no amor do trono e do altar. O estouvado cria um Camões brigão; e o pacato e honrado mercador descrevê-lo-á homem de sereno porte, gestos medidos, bom filho, bom esposo, bom pai, económico, sabendo governar a vida, e capaz de ganhar dinheiro: um génio! Bem diverso destes poetas de agora.’⁵

As palavras e as irónicas observações de Oliveira Martins são, *cum grano salis*, reveladoras da forma como Luís de Camões e a sua magnífica epopeia serviram, têm servido, não apenas distintos propósitos, mas mesmo propósitos antagónicos. Bastaria isto para manifestar a força simbólica que a sua figura e o seu poema têm na construção da ideia de país que temos e somos, como entre outros Vítor Aguiar e Silva e Eduardo Lourenço sabiamente demonstraram. Seja como for, Camões tem sido de forma constante o lugar de certezas, de confrontos e de dúvidas retrospectivas — entre as quais, na contemporaneidade, maximamente a sua significativa ausência da galeria de notáveis sobre que a *Mensagem* pessoana se constrói. Confronte-se o que a este respeito Eduardo Lourenço afirmou, no seu ensaio *Camões e Pessoa*⁶ — embora possamos acrescentar que ele não é a única figura emblemática rasurada de *Mensagem*: Inês de Castro também o é — e isto faz do poema pessoano afinal um poema com costuras. Esta ausência maior permite que a figura e a sombra de Camões sejam assimiladas ao ‘monstro pesadélico’ (Helder Macedo dixit) do Mostrengo/Adamastor, para quem entende que a existência de Camões foi uma profunda contrariedade com que Pessoa teve de se defrontar: com 24 anos apenas, Pessoa publica um ensaio em *A Águia*, de 1912,

MEIO MILÉNIO DE CAMÕES

sobre ‘A Nova Poesia Portuguesa’, anunciando ‘o grande Poeta proximamente vindouro’, o ‘Supra-Camões’, imitando Garcia de Resende no Prólogo ao *Cancioneiro Geral* e imitando também, aliás, o próprio Camões em diversos lugares de *Os Lusíadas*.

Por meu lado, tentarei não escolher nenhum dos Camões acima descritos por Oliveira Martins, nem o figurar e deter na assombração adamastoriana que compreensivelmente Fernando Pessoa exprime.

O que me atraiu desde o início em *Os Lusíadas* foi uma *outra história* que, além da épica, nele li em filigrana. Uma história que, mesmo sendo profundamente ‘descontínua’, não deixa de estar bem presente. A que o Poeta inscreve ao longo do Poema, como representação de si, e da forma como subtilmente se manifesta como uma forma de consciência subjectiva e pessoal (de outro modo lírica, mais contemplativa e sobretudo mais meditativa) num poema que canonicamente se entende como épico (e o é) — por aqui voltaríamos às argutas observações de Herberto Helder sobre *Os Lusíadas* como um poema lírico e espiritual, que também o é.

Para tal, comecemos por observar alguns enquadramentos:

- Jorge de Sena mencionava ‘a originalíssima irrupção, no plano da criação épica, do valor intrínseco e precário da vida humana como tal’.⁷
- Luís Sousa Rebelo analisou o humanismo cívico em Camões, associando o tema tipicamente camoniano do ‘desconcerto do mundo’ ao fundo ‘deceptivo’ que minaria também o tecido épico de *Os Lusíadas*.
- Oliveira Martins escrevia que ‘Camões escreveu um poema que foi um epitáfio, porque a sociedade que cantou acabou com ele. *Os Lusíadas* consagram as obras dos heróis’.⁸ Esta leitura do poema por Oliveira Martins seria o terreno fértil em que se

implantaria a complexidade de leituras, sobretudo contraditórias, do Portugal presente e futuro, que os finais do século XIX e o início do século XX veriam surgir, das várias formas de decadentismo às ideologias políticas mais ou menos assertivamente republicanas, até às vanguardas que encontram na *Mensagem*, como vimos, simultaneamente o seu expoente e ‘ponto de fuga’.

- Eduardo Lourenço, no livro *Portugal como Destino* (1999), classifica a visão de Oliveira Martins de *Os Lusíadas* como uma ‘prova póstuma de nacionalidade’,⁹ sendo que é ‘póstuma’ a palavra-chave no contexto.
- E o mesmo Sena afirmava: ‘Se recordarmos que o momento histórico é já o do regresso trágico da epopeia qual a amarga meditação moral do épico o comprovaria, caso a história não o soubesse há muito — o êxito de *Os Lusíadas*, como poema épico, é um êxito, *por contradição*, de uma obra de último recurso’.¹⁰ O ‘êxito’ de *Os Lusíadas*, que não a obra ela mesma, é pois para Sena ‘uma contradição’, ou seja, um problema. Reservemos esta ideia, que como vemos é afinal partilhada, em maior ou menor grau, por todos os nomes que referi (além de muitos outros, evidentemente, com particular destaque para Aguiar e Silva e Eduardo Lourenço).

Sem querer subscrever este modo que é, em Oliveira Martins, exclusivamente elegíaco do Poema (e que de qualquer modo contraria a polaridade também exclusivamente solar e apoteótica de outro regime de leituras, no qual muitos de nós foram ainda educados), lerei algumas das intervenções directas camonianas (sobretudo as não-mediadas por outras figuras, como o Gama) como a *inscrição de uma história de auto-reflexividade no Poema*. Trata-se de uma meditação lírica e filosófica que atravessa o poema épico e subtende uma meditação

HALF MILLENNIUM OF CAMÕES

pessoal que é independente dos ‘episódios líricos’ eles mesmos.

Esta meditação leva de uma tonalidade ‘inicial’ preferencialmente sentida sob o modo da ‘tuba canora e belicosa’ e de um canto épico ancorado na consciência da glória (quer dos feitos heróicos, quer do próprio Poeta que os cantou) à tonalidade ‘final’ sombria e melancólica, onde a descrença e a amargura marcam presença. O percurso não é feito em passos lineares e irreversíveis. Mas a atmosfera vai gradualmente mudando ao longo do Poema, de modo a que a exortação final do Canto X a Dom Sebastião (145–156) pode legitimamente ser interpretada como a mais desencantada das respostas à Dedicatória que, nas estrofes 6 a 18 do Canto I, abre o poema.

Ora, é a construção da *diferença entre estas duas* exortações a Dom Sebastião que gostaria aqui de seguir.

Deste ponto de vista, o meu primeiro ponto passa por sublinhar *a sombra indelével* que projecta sobre o poema o gigante Adamastor, como *grande figura melancólica* que responde, ponto por ponto, ao da figura representada na gravura de Albrecht Dürer. Depois do Canto V, e do *epicentro* que o Adamastor nele constitui (o episódio decorre entre as estrofes 37 e 60, num total de 100 para este Canto), não será possível regressar a uma sonoridade ‘apenas’ gloriosa, tingida que foi pela figura da ‘melancolia’ e de uma *morte tornada impossível*, que é o mito a que desde Prometeu o humano a si mesmo se condena. Adamastor é o ponto de viragem simultaneamente geográfico, simbólico e poético, verdadeiro centro axial — em torno do qual todo o Poema gira — o que não é dizer pouco, porque esta notação altera a própria matéria épica do poema, dando-lhe uma diferente tonalidade (lírica e espiritual?). Mas o Adamastor pode também ser lido como a corporização daquela consciência melancólica de que o Poema não mais se conseguirá libertar, nem

mesmo (*et pour cause*) na fruição erótica e utópica da Ilha do Amor, no Canto IX.

Aguiar e Silva falou da forma como duas grandes Canções (IX e X) camonianas reflectiam o grande tema maneirista da melancolia.¹¹ Na minha visão do poema, a sombra de Adamastor, uma vez introduzida no tecido épico, não mais o deixará, ‘oculto e grande Cabo’ (V, 50 — no possível centro geométrico do poema). Ele será, também, o centro axial da leitura melancólica da epopeia como um lugar da perda mais total, aparentemente coincidindo com a explosão da sua tuba heróica. Não espanta, neste contexto, que *Os Lusíadas* terminem com o reconhecimento de tudo quanto se esperou ganhar — e afinal se foi perdendo:

*Nô mais, Musa, nô mais, que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida,
E não do canto, mas de ver que venho
Cantar a gente surda e endurecida.
O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
Dua austera, apagada e vil tristeza.*¹² RC



MEIO MILÉNIO DE CAMÕES

NOTAS

- 1 Paul Ricoeur, *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli* (Paris: Seuil, 2000).
- 2 Hélio J. S. Alves, *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Quinhentista* (Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2001).
- 3 Feyta per Fernão Lopez de Castanheda, *Historia do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses* (Coimbra: Iohão da Barreyra & Iohão Aluarez, empressores del Rey na mesma universidade, 1551).
- 4 Paul Gilroy, *Postcolonial Melancholia* (Nova Iorque: Columbia University Press, 2005).
- 5 Oliveira Martins, “Prólogo,” em *Camões* (Lisboa: Guimarães Editores, 1952), 9.
- 6 Eduardo Lourenço, “Camões e Pessoa,” em *Poesia e Metafísica* (Lisboa: Sá da Costa, 1983).
- 7 Jorge de Sena, “A Poesia de Camões — Ensaio de Revelação da Dialéctica Camoniana,” em *Da Poesia Portuguesa* (Lisboa: Ática, 1959), 49.
- 8 Martins, “Prólogo,” 11.
- 9 Eduardo Lourenço, *Portugal como Destino, Seguido de Mitologia da Saudade* (Lisboa: Gradiva, 1999), 151.
- 10 Sena, “A Poesia de Camões,” 47.
- 11 Vítor Aguiar e Silva, “As Canções da Melancholia: Aspectos do Maneirismo de Camões,” em *Camões: Labirintos e Fascínios* (Lisboa: Cotovia, 1994).
- 12 Luis de Camões, *Os Lusíadas* (Lisboa: Casa de Antonio Góçalvez, 1572), Canto X. Biblioteca Nacional de Portugal, cota digitalizado: CAM-1-P, <https://purl.pt/14997>.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, Hélio J. S. *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Quinhentista*. Coimbra: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos, 2001.
- Camões, Luis de. *Os Lusíadas*. Lisboa: Casa de Antonio Góçalvez, 1572. <https://purl.pt/14997>.
- Castanheda, Feyta per Fernão Lopez de. *Historia do Descobrimento & Conquista da Índia pelos Portugueses*. Coimbra: Iohão da Barreyra & Iohão Aluarez, empressores del Rey na mesma universidade, 1551.
- Gilroy, Paul. *Postcolonial Melancholia*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2005.
- Lourenço, Eduardo. “Camões e Pessoa.” Em *Poesia e Metafísica*. Lisboa: Sá da Costa, 1983.
- _____. *Portugal como Destino, Seguido de Mitologia da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- Martins, Oliveira. “Prólogo.” Em *Camões*, 7–14. Lisboa: Guimarães Editores, 1952.
- Ricoeur, Paul. *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Seuil, 2000.
- Sena, Jorge de. “A Poesia de Camões — Ensaio de Revelação da Dialéctica Camoniana.” Em *Da Poesia Portuguesa*, 31–76. Lisboa: Ática, 1959.
- Silva, Vítor Aguiar e. “As Canções da Melancholia: Aspectos do Maneirismo de Camões.” Em *Camões: Labirintos e Fascínios*, 209–228. Lisboa: Cotovia, 1994.

